

## Palavra da presidenta



Cléo Ribeiro

Olá, trabalhadoras e trabalhadores da saúde. O ano de 2019 foi muito difícil para todos nós. Tivemos diversas perdas, mas também fomos resistentes e foi a nossa luta que garantiu o adiamento das discussões da Reforma da Previdência no Estado.

Mas, infelizmente, estamos lidando com sérios ataques ao SUS e ao serviço público. João Dória Júnior quer acabar com os direitos dos trabalhadores, por meio da Reforma da Previdência, com a aprovação do PL 899, que reduz o valor das Obrigações de Pequeno Valor (OPVs), aumentando a fila de precatórios e colocando em xeque nossos empregos com a reestruturação da CCD. O pano de fundo de tudo isso são as privatizações.

Além disso, o Governo Federal, o Senado e a Câmara aprovaram várias leis que ferem os direitos trabalhistas, que foram duramente conquistados. Não podemos aceitar! Temos que nos unir para que em 2020, consigamos recuperar nossos direitos e garantir condições dignas de trabalho. Juntos!

## Reforma da Previdência pode ser votada em fevereiro

Pressão das trabalhadoras e trabalhadores públicos na Alesp impediu a votação do desmonte da previdência, mas a guerra não acabou!

Governador João Dória Júnior afirmou que acredita que a proposta da Reforma da Previdência para as trabalhadoras e trabalhadores públicos do estado será aprovada no início de fevereiro da forma como foi apresentada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A declaração foi dada à imprensa durante um evento, realizado em São Paulo, no dia 13 de dezembro.

As discussões da Reforma da Previdência na Alesp estão suspensas devido uma liminar concedida pelo desembargador Alex Zilevski, após ação movida pelo deputado estadual Emídio de Souza atendendo às trabalhadoras e

aos trabalhadores que fizeram diversas manifestações e ocuparam a Alesp desde que o texto da reforma chegou à casa.

O presidente da Alesp, Cauê Macris, que segue as orientações do governador, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas o Ministro Dias Tofoli, deu prazo de 5 dias úteis para que o Tribunal de Justiça se manifestasse, o que iria superar a data do recesso dos deputados estaduais. Por isso, a tramitação da reforma somente poderá ser retomada no início de fevereiro.

Em 22 de janeiro, a Apeoesp também conquistou uma liminar que suspende a tramitação da PEC 18, que altera as regras da previdência estadual. E o SindSaúde-SP também entrou com uma ação em apoio a essa liminar, mas temos que ficar atentos, pois nossa luta não acabou.



### Se a reforma passar o que acontecerá?

#### Você vai trabalhar mais

A proposta de Dória exige idade mínima para concessão da aposentadoria, de 62 anos para mulher e 65 para homem. Além disso, para receber o valor integral, o homem terá que trabalhar por mais 5 anos do que na regra atual e a mulher, 10.

#### Você vai ganhar menos

Com a reforma, o valor do benefício pode ser reduzido de forma drástica, pois passa a levar em consideração até mesmo os menores salários, pagos desde julho de 1994. Além disso, a aposentadoria será de: 60% dessa média + 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos de contribuição. Então, você terá que trabalhar por 40 anos (tanto homem quanto mulher).

#### Você pagará mais

Se aprovada, a reforma tem efeito imediato e quem está na ativa terá um desconto de 14% ao mês. Isso significa: que um trabalhador que tem como base do cálculo R\$ 1.800 e contribui com R\$ 198,00, por exemplo, passará a contribuir com R\$ 252,00. Veja no quadro abaixo:

Perda	Valor	Equivalência
1 mês	54,00	Fazer compras para a semana
1 ano	702,00	Presentes de Natal da família
10 anos	7.020,00	Trocar os móveis da casa
20 anos	14.040,00	Viajar para o exterior
30 anos	21.060,00	Reformar e pintar a casa

Calculadora do SindSaúde-SP em parceria com o Dieese. Acesse por: [bit.ly/calculadora\\_sindsaude](http://bit.ly/calculadora_sindsaude)

## ASSEMBLEIA GERAL

19/02, às 10h  
em frente à Secretaria de Saúde

**Pauta:** Campanha Salarial 2020; Reavaliação de Insalubridade; Reforma da Previdência; e Reestruturação da CCD.

# Governo consegue aprovar PL do Calote

Projeto de Lei 899, de 2019 (que virou a Lei 17.205, de 2019), proposta do governo do estado de São Paulo, para dar um calote às trabalhadoras e aos trabalhadores do serviço público do estado foi aprovado com 41 votos favoráveis e 40 contrários. "Mesmo com essa terrível derrota para os trabalhadores podemos avaliar que foi graças as nossas mobilizações, que o placar foi tão apertado durante a votação", salienta Cleonice Ribeiro, presidenta do SindSaúde-SP.

Foram diversos atos na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), além das cobranças de gabinete em gabinete, o que



ajudou a converter votos até de apoiadores do governo.

Já no dia 7 de novembro, o governo sancionou o texto e com a publicação em Diário Oficial, as

Obrigações de Pequeno Valor (OPVs) passaram de R\$ 30.119,20 para R\$ 11.678,90. Isso significa que qualquer trabalhador do serviço público que já tenha ganhado ou que venha ganhar uma ação contra o governo do estado com valor acima desses R\$ 11 mil terá que entrar na longa fila dos precatórios, que está com aproximadamente 17 anos em atraso, enquanto às OPV's são pagas dentro de um prazo inferior a 1 ano.

Essa manobra do governo prejudica os trabalhadores duplamente, pois o governo já negou um direito do trabalhador ao deixar de pagá-lo e nega novamente ao colocar a Justiça na fila dos precatórios.

## CCD: Doria muda estrutura da saúde sem diálogo com profissionais

O governador João Doria Jr. iniciou um processo de reestruturação nos serviços de saúde coletiva, que estão ligados à Secretaria de Estado da Saúde, como o CRT DST/Aids-SP, o CVE, o Centro de Vigilância Sanitária, o Instituto Adolfo Lutz, o Instituto Pasteur, o NAOR, o NASF e a Sucen, sem que houvesse consulta e diálogo com as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam nesses locais. Com isso, os trabalhadores temem que haja perdas salariais e até demissões de quem é contratado via CLT.

Sem esses serviços, a população correrá sérios riscos, com ampliação dos surtos de doenças como dengue, zika vírus, chikungunya e até mesmo permitindo o retorno de doenças que atualmente estão controladas, como febre maculosa e raiva humana e animal, pois esses equipamentos fazem a vigilância e o controle dessas moléstias.

## Trabalhadores(as) CLT são prejudicados com a Reforma da Previdência

As trabalhadoras e os trabalhadores da saúde pública contratados via CLT foram afetados, principalmente, os que tinham direito à aposentadoria especial, pois terão que atender a critérios muito próximos aos da regra geral.

A Emenda à Constituição nº 103, de 2019, que institui à Reforma da Previdência foi aprovada em outubro do ano passado e entrou em vigor em 13 de novembro, após a promulgação da lei. Essa foi considerada a pior proposta de mudança previdenciária da história do país, pois não acaba com privilégios, como o governo anunciava, e ainda prejudica, principalmente, quem ganha menos.

Entre as mudanças que prejudicam os trabalhadores estão o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e a obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres se aposentarem.

Para ter direito ao valor integral do benefício será necessário que as mulheres trabalhem por 35 anos e os homens por 40. Devido às regras de idade mínima, há casos de trabalhadores que nunca alcançarão o direito ao benefício integral. Além disso, o valor dos benefícios será menor, pois mudou a regra do cálculo, que passa a considerar, inclusive, os menores salários, que na regra anterior eram descartados.

As viúvas, viúvos e órfãos também serão prejudicados. Pois o cálculo do benefício será em cima da média rebaixada e será pago apenas 50% do valor + 10% por dependente da família, limitado a 5 membros. Isso significa que uma viúva com um filho, só terá direito a 70% do valor.



Expediente

Presidenta **Cleonice Ribeiro**  
Dir. responsável **Alexandre Senna**  
Redação **Nádia Machado**  
Revisão **Edson Cacciaguerra**  
Editor de Arte **Roberto Araujo**

Rua Paula Ney, 546/550 - CEP 04107-021  
Vila Mariana - São Paulo  
Fone: 3083-6100 Fax: 3083-0261  
site: [www.sindsaude.org.br](http://www.sindsaude.org.br)

Tiragem: 17.500  
Circulação em todo estado de São Paulo

